

Educadores que atuam em Organizações Não Governamentais: uma análise de suas necessidades de formação

The relationship between the contexts of work and the training needs of social educators who act in Non-formal education

Lisandra Marisa Príncipe é mestre e doutoranda em Educação: Psicologia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de cursos de Licenciatura na Faculdade Sumaré e bolsista de pesquisa na Fundação Carlos Chagas.

Contato: lisandramprincipe@gmail.com

Marli André é Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação: Psicologia da Educação e Coordenadora do Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Contato: marliandre@pucsp.br

Resumo

O texto relata dados de uma pesquisa que objetivou analisar as necessidades formativas de educadores que atuam em projetos de educação não formal promovidos por duas ONGs. Buscou-se identificar os principais desafios enfrentados pelos educadores em suas práticas cotidianas e as maneiras encontradas por eles para responder a esses desafios. Para a coleta de dados utilizou-se entrevistas, observação de atividades pedagógicas e análise de documentos. Os educadores da ONG 1 indicaram como necessidades: adquirir conhecimentos sobre suas linguagens de trabalho, contextos onde atuam e finalidades educativas. Os educadores da ONG 2 sinalizaram a necessidade da busca de conhecimentos gerais e de outros campos científicos, respaldo de especialistas e atualização cultural.



Palavras-chave: Educador Social, Necessidades Formativas, Educação Não formal.

Abstract

The text reports data of a research which aimed to analyze the training needs of social educators who act in projects of Non-formal education promoted by two Non-Governmental organizations. The purpose was to identify the main challenges taken by these professionals in their daily practice and the ways they have found to respond to those challenges. Interviews, observation on pedagogical activities and document analyses were used to collect data. The social educators from the first Non-governmental organization pointed to the following necessities: their acquisition of knowledge about work language, the context where they act in and their educational finalities. The social educators from the second organization showed the necessary search for general knowledge and in other scientific fields, the support from specialists and cultural updating.

Key words: Social Educator, Training Needs, Non-formal education.

Introdução

Numa revisão de literatura sobre a “formação de educadores sociais”, constatamos que foram raras as produções que se dedicaram a desvelar essa temática. O estudo de Andrade (2006), que analisou as pesquisas sobre formação de professores defendidas nos programas de pós-graduação em Educação de instituições de ensino superior brasileiras, apontou que o tema referente à formação do professor para atuar em ONGs manteve-se “silenciado” nas pesquisas, seja dos anos 1990, seja no início dos anos 2000.

Nos anos subsequentes, encontramos alguns trabalhos que discutiram, apenas em termos tangenciais, a formação dos educadores que atuam em espaços não formais de educação (CARO, 2003; SANTOS, 2004; CHAGAS, 2006; e SILVA, 2008).

Os estudos anteriormente citados, de alguma maneira,



ressaltaram a fragilidade da formação dos educadores sociais. Alguns apontaram a dificuldade de se definir as competências necessárias aos educadores para desenvolverem o trabalho na área social. Ressaltaram, ainda, que a formação ocorre na prática ou que o próprio educador tem dificuldade de definir o que realmente necessita para a própria formação. Porém, é consenso nos estudos, a necessidade de criação de espaços de discussão, reflexão e de formação efetiva desses profissionais.

Na realidade brasileira, para atuação nos espaços não formais de educação não é necessário, por lei, formação pedagógica, tampouco conhecimentos específicos. A CBO (2002) – Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego reconhece a ocupação do educador social, e foca aspectos relacionados à formação do profissional, indicando que o acesso à ocupação é livre, sem requisitos de escolaridade.

O fato de serem reduzidos os estudos acerca da formação do educador que atua em espaços não formais de educação e de não haver exigências específicas para realizar a função reafirma a importância da pesquisa aqui relatada, cujo objetivo foi investigar as necessidades formativas de educadores que atuam em projetos de educação não formal. Buscou-se identificar os principais desafios enfrentados pelos educadores em suas práticas cotidianas, o modo de lidar com esses desafios, bem como as necessidades formativas para melhor enfrentá-los.

A emergência de um novo campo de educação: a Educação Não Formal

A educação abrange um universo que extrapola a instituição escolar, sendo esta entendida como a responsável pela formação dos indivíduos, principalmente no que diz respeito ao acesso aos conhecimentos historicamente acumulados e sistematizados. Porém, para além das experiências educativas escolares, temos também outras que ocorrem fora dos limites da escola, no âmbito da educação informal e da educação não formal.

Até os anos 1980, a educação não formal foi um campo que recebeu pouca importância no Brasil, no que tange às políticas públicas, e também teve pouca atenção por parte dos educadores. A educação formal, desenvolvida nas escolas foi sempre o centro de interesse dos educadores, como afirma Gohn (2008, p. 91-92):



Genericamente, a educação não formal era vista como o conjunto de processos delineados para alcançar a participação dos indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, educação básica, planejamento familiar etc.

A partir dos anos 1990, a educação não formal passa a ganhar maior destaque devido às mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Os processos de aprendizagem em grupos são valorizados e os valores culturais que articulam as ações dos indivíduos ganham grande importância. E é nesse contexto de grandes discussões que se observa uma ampliação do conceito de educação, que passa a transpor os limites da escola: a da educação não formal.

Ela aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, ONGs e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, etc. (GOHN, 2008, p. 7).

A escola formal deixa de ser um espaço hegemônico de educação e formação humana. O conhecimento passa a ser compartilhado em outros espaços, de múltiplas maneiras e com objetivos diversos.

As especificidades da educação não formal ficam mais evidentes quando se procura distingui-la das outras modalidades de educação: a formal e a informal. Afonso (1989, p. 78) faz essa distinção em termos de oposição e demarca os campos de desenvolvimento de cada uma delas:

Por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto.

A Educação informal compreende um processo que se estende pela vida inteira, em que as pessoas adquirem e



acumulam conhecimentos, habilidades e atitudes por meio de experiências diárias, da relação com o meio, com as pessoas. Essa modalidade caracteriza-se pela não intencionalidade, que corresponde à ausência de objetivos explícitos ou qualquer grau de sistematização ou organização, ainda que os sujeitos produzam conhecimentos e, portanto, ocorram aprendizagens. Libâneo (2008) esclarece que na educação não intencional os processos são dispersos, difusos, sem explicitar um objetivo que organize suas práticas.

A intencionalidade é elemento comum entre a ação educativa formal e não formal. Em outras palavras, a educação intencional subdivide-se devido à diferença entre os níveis de sistematização e institucionalidade de suas experiências. Em ambas, há objetivos explícitos que fundamentam a organização e os modos de ação. O elemento diferenciador entre as duas modalidades é o grau de estruturação e sistematização segundo o qual a experiência educacional é planejada, executada e avaliada.

A educação formal compreende o sistema educacional institucionalizado, hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado. Libâneo (2008, p. 88) explica que essa modalidade “refere-se a tudo o que implica forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como algo se configura. Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática”. Assim, seu planejamento se orienta segundo conteúdos prescritos, métodos de ensino e procedimentos didáticos claros.

No Brasil, a educação escolar é regulamentada pelo Ministério da Educação, pelas Secretarias de Estado da Educação e Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, entre outros órgãos. Esse tipo de educação segue as regulamentações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais e é organizada por níveis de ensino, compreendendo desde a educação infantil até o ensino superior. Essa modalidade educativa requer tempo e local específico para sua realização; organização curricular e planejamentos de atividades sistematizados sequencialmente; separação de alunos por idade e série, objetivando o ensino e a aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados.

Já a educação não formal não se submete a ordenamentos jurídicos do Estado, compreende toda atividade educativa organizada e sistemática que ocorre fora do sistema oficial



de ensino, com o objetivo de facilitar determinados tipos de aprendizagem a grupos específicos da população. De acordo com Libâneo (2008, p. 89):

(...) refere-se àquelas atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas.

A educação não formal não tem a mesma carga de formalidade que a educação escolar, embora também tenha intencionalidade e planejamento prévios de ações e aconteça inserida em diferentes contextos, como: nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nas associações comunitárias, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra as desigualdades e exclusões sociais (GOHN, 2010). Esta apresenta como características mais comuns uma maior flexibilidade em relação a tempo, espaços, conteúdos e metodologias de trabalho, visando ao desenvolvimento de processos educativos que respondam às demandas imediatas dos grupos.

Libâneo (2008, p. 89-90) alerta para o fato de que uma modalidade educacional não deve ter supremacia sobre a outra, e o risco de depreciar e/ou diminuir a escola em relação a outras formas educacionais.

Considera-se, pois, equivocado o entendimento de que formas alternativas de educação se constituem como não formais ou informais. É preciso superar duas visões estreitas do sistema educativo: uma que o reduz à escolarização, outra que quer sacrificar a escola ou minimizá-la em favor de formas alternativas de educação. Na verdade, é preciso ver as modalidades de educação informal, não formal, formal em sua interpenetração [...] Não levando em conta essa interpenetração, expressando o intercruzamento entre as diversas modalidades de educação, cai-se em posições sectárias que só contribuem para a divisão da ação dos educadores. Nem a negação da escola, nem o isolamento da escola em relação à vida social.

Desse modo, podemos afirmar que a liberdade, a não fixação de tempo e espaço, a adaptação de conteúdos às necessidades de cada contexto, o caráter promotor de socialização e solidariedade, as relações pouco formais e hierarquizadas não indicam uma desorganização ou falta de estrutura no campo da educação não formal, pelo contrário, definem sua forma de atuação.



A educação não formal e as necessidades formativas de seus educadores

A educação não formal tem intencionalidades e características peculiares em relação aos objetivos, formas de organização e maneiras de lidar com o conhecimento, com os tempos e espaços. Tem, também, na figura do educador social, o intermediador do processo educativo. Daí a relevância de dirigir o estudo para a atuação do educador em seu contexto específico.

O tema se insere na problemática da “formação continuada dos educadores”, tendo em conta que vivemos um “novo tempo” que está se configurando no mundo. As sociedades estão mudando e novas exigências se impõem ao ser humano face às transformações epistemológicas, sociais e tecnológicas que se produzem. Tais transformações estão afetando a forma como nos organizamos, como trabalhamos, como nos relacionamos e como aprendemos.

No caso dos educadores sociais, tem larga tradição a crença no valor formativo do trabalho. De modo muito acentuado, é comum ouvirmos que os educadores aprendem na prática, atribuindo ao exercício profissional um papel formativo. O que se pode questionar é em que condições essa experiência profissional permite ao educador romper com convicções já instaladas, produzindo mudanças relevantes em sua prática.

Essa questão acentua a posição de que a formação dos educadores e as práticas por eles desenvolvidas não podem ser dissociadas. Faz-se fundamental pensar a formação como prioritária, mas na interação com o contexto em que o educador desenvolve sua ação educativa, levando em conta suas necessidades de formação.

O conceito de necessidades adotado nesta pesquisa se aproxima do que é proposto por Estrela, Rodrigues, Moura e Esteves, também compartilhado por Silva (2000, p.44), nos seguintes termos:

[...] representações construídas mental e socialmente pelos sujeitos num dado contexto, implicando a concepção de estados desejados, geradores de desejos de mudança e de necessidade, como mais adequados que os atuais.

Nesse sentido, podemos afirmar que não é possível analisar a palavra “necessidade” sem levar em conta que ela é um produto histórico-social, emerge de um contexto social, e sua definição está intrinsecamente associada a valores ideológicos, sociais, políticos e históricos de indivíduos e grupos.



Utilizamos a palavra “necessidade” para designar o que é percebido pelos sujeitos investigados como fazendo falta, retirando daí qualquer sentido determinista ou utilitarista, porém enfatizando a percepção individual e contextualizada dos educadores sobre seu trabalho, incluindo seus desejos e expectativas com relação à formação pedagógica.

Entendemos as necessidades como geradoras de desafios e dificuldades para os sujeitos. Por esse motivo, defendemos um processo de identificação e análise de necessidades de formação, partindo dos sujeitos que vivenciam o contexto em que elas são geradas. Assim, a superação do desafio pode se traduzir em condição para a melhoria da relação entre o educador e o seu trabalho.

Para Rodrigues e Esteves (1993) a análise de necessidades é considerada uma etapa de planejamento de programas de formação, pois orienta a formulação de objetivos e fornece informações para a decisão de conteúdos e atividades formativas. Além disso, a análise de necessidades também é um instrumento pedagógico quando utilizada para alcançar a eficácia nos programas de formação. Segundo as autoras:

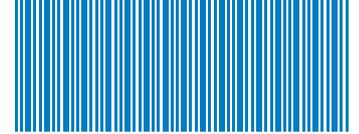
o conhecimento de uma situação é condição de uma intervenção pedagógica pertinente [...] podemos dizer que o conhecimento das necessidades de uma população faz diminuir o grau de incerteza quanto ao que deve ser feito [...] tem-se verificado haver uma relação positiva com a eficácia da própria formação e com a satisfação que ela proporciona aos formandos (p. 20).

Portanto, entendemos que as necessidades formativas precisam ser consideradas a partir do local de trabalho do educador, tendo em conta suas concepções, valores, bem como suas expectativas em relação à sua prática cotidiana. Ao educador é dada a possibilidade de refletir sobre os desafios que enfrenta no exercício de sua função e, assim, contribuir com elementos que possibilitem pensar em uma formação contínua que esteja a serviço da melhoria da sua prática profissional.

Procedimentos Metodológicos

Foram realizados estudos de caso em duas ONGs localizadas em um município da Grande São Paulo, o Instituto Espaço Amigo (doravante, ONG 1) e o Instituto Picadeiro (doravante, ONG 2).

Optamos pelo estudo de duas instituições, pois as ONGs



apresentam uma diversidade quanto as suas origens, sustentabilidade financeira, espaço ocupado, propostas pedagógicas e, conseqüentemente, são diversas as condições de exercício do educador social conforme o contexto em que atua.

Para a coleta de dados, utilizou-se análise de documentos de orientação administrativo-pedagógico; 60 horas de observação de atividades em cada instituição e entrevistas semiestruturadas (que duraram de 35 a 45 minutos, foram gravadas e, em seguida, transcritas) com 12 educadores, sendo cinco da ONG 1 e sete da ONG 2. O roteiro de entrevistas foi dividido em duas partes: a primeira com dez questões fechadas que objetivaram caracterizar os educadores quanto a sexo, idade, formação, tempo de atuação na educação não formal, tempo de trabalho na organização, vínculo trabalhista, carga horária de trabalho semanal, salário, atuação na educação formal e motivos para atuação na educação não formal. A segunda parte objetivou identificar os principais desafios enfrentados pelos educadores na sua prática cotidiana, suas respostas a eles e as necessidades de formação para melhor enfrentá-los.

Discutindo os achados da pesquisa

A análise dos dados exigiu, num primeiro momento, que cada instituição fosse considerada como um caso, conhecendo-a em profundidade e respeitando suas peculiaridades. Num segundo momento, foi possível identificar algumas diferenças e pontos comuns em relação aos desafios e às necessidades formativas dos educadores.

Instituto Espaço Amigo (ONG 1)

Essa instituição foi criada no ano de 2003 por um grupo de pessoas ligadas a um partido político que já desenvolvia um trabalho social em outra ONG, com uma demanda para atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade e risco social. O prédio em que ocorrem as atividades é alugado, possui 700 m² e conta com poucos recursos materiais. A entidade possui registro de funcionamento junto a Conselhos Municipais (de Assistência Social e Dos Direitos da Criança e do Adolescente) e sobrevive de doações e verbas governamentais.

O trabalho pedagógico está organizado em forma de oficinas



nas quais são desenvolvidas, semanalmente, atividades de artes plásticas, capoeira, dança, leitura, jogos de raciocínio, educação física, informática e educação social, este último que se refere ao estudo de temas mensais como: violência, drogas, sexualidade, entre outros.

São atendidas 75 crianças que participam diariamente de três atividades pedagógicas por um período de 1 hora em cada uma delas.

Dos cinco educadores participantes da pesquisa, quatro são mulheres. Esse dado pode ser analisado juntamente com a experiência anterior na educação não formal, pois três das educadoras com formação em nível superior já atuaram na educação formal (ensino infantil e fundamental), uma carreira de predominância feminina. Com relação à idade, a média é de 27 anos, dado que revela um grupo de profissionais jovens.

No que se refere ao tempo de atuação na educação não formal, os dados mostram uma média de cinco anos e meio. Quanto ao tempo de trabalho na ONG, a média é de três anos e meio. Em se tratando da formação acadêmica, a predominância é a área de humanidades, especialmente os cursos de Pedagogia, Artes e afins.

Os educadores cumprem uma jornada semanal de 40 horas, são contratados por regime de CLT e recebem em média dois salários mínimos, dado que evidencia a baixa remuneração dos profissionais.

Quanto aos motivos para atuação na educação não formal, os educadores assinalaram que o trabalho surgiu como uma oportunidade. Um aspecto recorrente no depoimento dos sujeitos participantes do estudo é que, mesmo não tendo feito uma opção pelo trabalho na área social, permanecer nele, apesar da baixa remuneração, decorre da satisfação que esse trabalho proporciona.

Em relação aos desafios enfrentados na prática cotidiana e as respostas a eles, os educadores elencam as dificuldades de relacionamento entre as crianças. Todos apontam as brigas e os comportamentos agressivos, traduzidos em violência física e verbal entre as crianças, revelando serem essas situações recorrentes de conflitos, um aspecto preocupante. Alguns depoimentos ilustram esse desafio:

[...] tem também a afinidade de um com o outro, porque a maioria não tem essa afinidade, aí eles brigam. (educadora de informática)



[...] tem criança que não consegue se relacionar com ninguém bem, é difícil mesmo! (educadora de artes plásticas)

Ao analisarmos os depoimentos dos educadores sobre como respondem a esse desafio, constatamos posturas bem diferenciadas, oscilando entre atitudes que buscam favorecer a integração, a socialização e o diálogo; e atitudes que inibem essas possibilidades.

Trabalhar com grupos heterogêneos é, também, um desafio que angustia os educadores. Com isso, expressa-se a necessidade de utilizar estratégias diferenciadas para atender as crianças.

A escola vai empurrando a criança com a barriga e eles passam de ano sem saber nada. Eu tenho dois alunos que não sabem ler, nem escrever, só copiam. Eu tenho que fazer um trabalho diferenciado com esses dois, passo lição no caderninho, vou levando. (educadora de leitura)

Ficou claro, no discurso da educadora, a preocupação com a aprendizagem das crianças e, por esse motivo, a tentativa de assumir uma responsabilidade que cabe à escola formal, denominada por Trilla (2008) de relação de suplência ou de substituição, ou seja, quando a educação não formal assume tarefas que são – ou deveriam ser – próprias do sistema formal, mas que ele não realiza de maneira satisfatória.

Uma situação que ocorreu num momento de atividade muito bem ilustra o modo como a educadora responde a esse desafio.

A educadora entrega os cadernos, lápis e borracha para as crianças dizendo que vai dar um ditado. Ela olha para a pesquisadora e se justifica dizendo: “é atividade de leitura, mas eu vou dar um ditado, pois eles têm muita dificuldade, mas muita mesmo!” [...] a educadora pega o caderno das duas crianças que “não sabem ler, nem escrever”, preenche uma linha com as vogais e solicita a eles que reproduzam o conteúdo. [...] no final do horário de atividade, a educadora recolhe todos os cadernos e diz que vai corrigir depois. (trecho do relatório de observação)

Na tentativa de “tapar os buracos” deixados pela educação formal, a educadora vale-se dos instrumentos pedagógicos que possui e da sua concepção de educação, revelando uma prática não sintonizada com os objetivos da educação não formal.

Os educadores também elencam como situações desafiadoras



ter algumas características pessoais como: sensibilidade, paciência, saber ouvir, dialogar, ou seja, tentar entender cada aluno para poder atuar adequadamente.

A gente precisa ter ouvidos abertos pra escutar, saber ouvir, manter um diálogo. É aí que tá a nossa responsabilidade como educador. (educadora de educação física)

As questões trazidas pelos educadores revelam que as dimensões pessoais são fundamentais no trabalho social. Nóvoa (2009) refere-se ao “tacto pedagógico” quando discute a capacidade de relação e de comunicação necessárias ao bom professor para que se cumpra o ato de educar. O autor salienta que as dificuldades apresentadas pelos “novos alunos” (por aqueles que não querem aprender, por aqueles que vivem outras realidades sociais e culturais) chamam a atenção para a dimensão humana e relacional do processo educativo.

Para responder a esse desafio, os educadores revelaram que buscam conhecer os alunos, aproximar-se deles afetivamente, trocar experiências com colegas de trabalho, expressando o sentido do trabalho do educador social, que não cabe apenas numa matriz técnica e científica, mas abarca as relações humanas e sociais.

É desafiador, também, garantir a participação das crianças nas atividades propostas.

[...] quando eles não querem participar das atividades é um grande desafio, fazer com que eles interajam, não se excluam, às vezes é complicado. (educadora de educação física)

A fala da educadora é permeada por uma preocupação com o aluno, com sua integração no grupo, com sua participação nas atividades. Como respostas a essa problemática, os educadores fazem acordos com as crianças; incentivam-nas chamando-as para as atividades, mobilizam um conjunto de estratégias, ativam suas capacidades de negociação, como revela uma educadora:

Não quero a perfeição da atividade, mas que a criança tenha a iniciativa de tentar, arriscar, quebrar a barreira do medo, de errar que muitos têm. Eu tenho que ir buscando... ah, por que você não quer participar? Então tenta fazer... aí eles fazem e acabam vendo que é bom participar. (educadora de educação física)

Os educadores revelam a necessidade de mobilização dos saberes relacionais (BORGES, 2004), da criação de formas de agir



em situações que exigem capacidade de negociação para integrar o aluno na atividade, promovendo a socialização.

Diante dos desafios que enfrentam, os educadores elencam como necessidade a criação de uma cultura de trabalho coletivo na ONG. Os problemas educacionais são para eles de tal complexidade que é difícil resolvê-los individualmente. Para isso, veem como primordial o diálogo entre seus pares, a troca de ideias de modo que possam buscar alternativas para o enfrentamento dos desafios.

A complexidade do trabalho educativo, de acordo com Nóvoa (2009, p. 40) exige a formação de equipes pedagógicas, em que a competência coletiva seja mais do que a soma das competências individuais. Ele defende a necessidade de um tecido profissional enriquecido, que integre na cultura docente um conjunto de modos coletivos de produção e de regulação do trabalho.

Outras necessidades elencadas pelos educadores dizem respeito a uma formação específica. Eles se referem a temáticas e assuntos relacionados a diferentes saberes e áreas do conhecimento. Borges (2004, p. 71) citando Schulman, explica que o conhecimento pedagógico da matéria envolve o conhecimento que é objeto de ensino-aprendizagem; vai do conhecimento do conteúdo da matéria que se ensina, para a dimensão do ensino propriamente dito.

Surge também nos depoimentos dos educadores a necessidade de conhecimentos referentes às fases do desenvolvimento infantil, características dos alunos e dos contextos em que atuam, de modo que possam não só melhor se relacionar com as crianças, mas compreendê-las e atingi-las.

Também acho que é importante conhecer como é o desenvolvimento da criança, acho que assim a gente entende melhor e pode planejar melhor as atividades da nossa oficina e as crianças aprendem mais e se animam mais. (educadora de informática)

A questão psicológica também, o trabalho com grupos, como fazer com que as crianças interajam, como lidar com as crianças inseguras, que sentem medo. (educadora de educação física)

A gente atende um público problemático; são crianças de famílias desestruturadas; vivem em ambientes propícios a coisas ruins. A gente precisa conhecer de onde ela vem, com quem ela vive pra poder trabalhar melhor. (educadora de artes plásticas)



Borges (p. 81) classifica como conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, os conhecimentos oriundos da Psicologia, Antropologia, Sociologia e Pedagogia que devem contribuir para que o educador conheça melhor os alunos, consiga fazer uma leitura da realidade social e compreenda os processos cognitivos dos alunos. Em suma, favoreça a aprendizagem e melhore a qualidade da sua intervenção junto aos alunos.

Nossos depoentes também sinalizam a necessidade de conhecimentos de temas da atualidade, de temas relacionados às problemáticas apresentadas pelos alunos e da própria área de atuação, categorizados por Borges (2004) como conhecimentos gerais e de outros campos científicos. Os educadores têm consciência das demandas que os alunos carregam e da complexidade de lidar com temáticas tão delicadas como: uso de drogas, violência sexual, violência doméstica.

Além disso, os educadores também enfatizam a necessidade de ter uma visão ampla do processo educativo e da finalidade do trabalho que realizam, como ilustrado nos depoimentos a seguir:

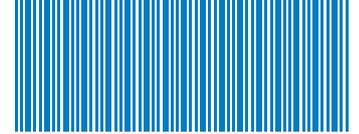
O que é essa tal de educação não formal, né? Eu estou por fora disso, cheguei aqui há um mês. (educadora de leitura)

Me cobro pra buscar novos conhecimentos e formas de lidar com os problemas. Como trabalhamos na área social, temos que nos informar sobre temas ligados a essa área, como: ECA, a questão dos direitos e deveres, o que implica numa situação de abandono, violência e pobreza. (educadora de educação física)

Nossos depoentes expressam a necessidade de **conhecer os fins educativos** que, na explicação de Alarcão (2010), refere-se à compreensão dos fins e objetivos educativos, dos fundamentos históricos, psicossociais, culturais e políticos da educação, que são imprescindíveis para uma atuação contextualizada da ação do educador.

Instituto Picadeiro (ONG 2)

A instituição foi criada em 1999, é reconhecida como de utilidade pública nos âmbitos municipal, estadual e federal (que são um pré-requisito para firmar parcerias com financiadores de projetos sociais) e certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social como entidade beneficente de assistência social, cujo certificado dá a possibilidade de isenção do recolhimento da



cota patronal (contribuição de 20% à Previdência Social incidente sobre a folha de salários).

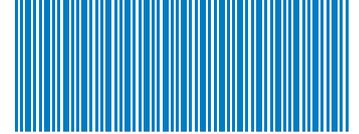
Apesar de ter sido constituída como uma associação pertencente ao Terceiro Setor no final dos anos 1990, a história da ONG começa em 1987 com a formulação de uma política pública estadual. Nessa ocasião, uma grande empresa estatal implantou 14 unidades educacionais e manteve suas despesas por 12 anos. Depois disso, um grupo de empresários decidiu criar uma associação e buscar outros parceiros para dar continuidade aos projetos sociais, porém a empresa estatal continuou contribuindo e hoje é uma das mantenedoras da ONG, que também conta com verbas públicas para a sua subsistência.

O prédio em que está localizada a instituição é próprio, ocupa uma área de 5.000 m² e conta com todos os recursos necessários para o desenvolvimento da proposta pedagógica que tem foco na arte-educação e trabalha com sete oficinas pedagógicas: música, artes plásticas, teatro, capoeira, educação física e informática, além da arte circense. As 190 crianças atendidas escolhem duas entre as linguagens oferecidas e participam das atividades por um período de duas horas em cada uma delas.

O trabalho pedagógico está organizado em torno de dois eixos: o projeto espetáculos contextualizados que é desenvolvido com base num tema anual que proporciona ações em todas as linguagens e o outro eixo diz respeito a atividades recreativas, exposições artísticas, jogos de quadra, entre outros.

Dos sete educadores que compuseram nossa amostra, apenas dois são do sexo feminino; a média de idade é de 30 anos. Entre os educadores do sexo masculino apenas um possui formação em nível superior no curso de Pedagogia; as educadoras são graduadas em Artes Visuais e Educação Física. Apenas uma educadora atuou na educação formal.

Todos são contratados por regime de CLT e trabalham 44 horas semanais, a remuneração mensal varia de dois a três salários mínimos, além de benefícios extras como vale-transporte e vale-refeição. A média de tempo de trabalho na educação não formal é de oito anos, já a média de tempo de trabalho na ONG é de quatro anos. Quanto às justificativas dadas pelos educadores para atuação na educação não formal, elas se fundamentam, de um lado, em valores humanistas e de outro, na identificação com o projeto da instituição.



Quando questionados sobre os principais desafios enfrentados na prática cotidiana, surgem nos depoimentos dos educadores, o relacionamento entre as crianças, as posturas dos alunos e o respeito às regras grupais.

Existem crianças com um linguajar muito... falam muito palavrão, se alteram muito fácil, é demais. (educador de dança)

Tem alunos que chegam aqui, existem vários casos, né? Superativos, indisciplinados, brigam com os colegas, você fala uma coisa e ele te desacata, ele te enfrenta mesmo. Sempre tem um aluno desse tipo, isso é um desafio. (educador de circo)

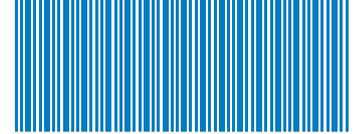
Para enfrentar esse desafio, nossos depoentes utilizam a linguagem artística que desenvolvem, o diálogo e, em alguns momentos, buscam informações sobre o histórico dos alunos, a fim de conhecer melhor suas características para compreender os problemas que eles trazem e, assim, atuar mais adequadamente.

Nos depoimentos dos educadores também emergem desafios relacionados ao desenvolvimento da proposta pedagógica, trabalhar com os temas anuais é um deles. Um dos eixos da sua metodologia de trabalho é o projeto “espetáculos contextualizados”, que é desenvolvido com base em um tema anual que deve proporcionar ações em todas as linguagens. Tal projeto preconiza a necessidade da pesquisa, da busca do conhecimento tanto por parte do educador, como do aluno para o desenvolvimento das atividades.

Pra mim, trabalhar com o projeto do Instituto é um grande desafio. No começo foi mais difícil porque eu queria dar aula de circo. (educador de circo)

O educador enfatiza o caráter único e inédito dos temas escolhidos a cada ano, reforçando a necessidade da aquisição, por meio da pesquisa, de conhecimentos específicos para dar conta de trabalhar com as temáticas. São necessários conhecimentos relacionados à história dos temas e às questões sociológicas, filosóficas e culturais que os perpassam. Borges (2004) classifica esses conhecimentos como “conhecimentos gerais e de outros campos científicos”, que se inserem numa visão ampla, geral e global dos conteúdos de ensino.

Como resposta ao desafio, os educadores revelam que a pesquisa é um meio para enfrentá-lo, porém, apesar dessa clareza, uma demanda legítima é não ter tempo para estudar e pesquisar durante seu horário de trabalho.



Outros desafios relacionados ao desenvolvimento da proposta pedagógica dizem respeito a: diversificar as atividades para motivar as crianças e como deixar o tema de trabalho mais atrativo. O depoimento do educador de circo ilustra esse desafio:

A gente tem que fazer um trabalho diferenciado, eles ficam aqui de segunda à sexta. Então, você não pode deixar cair na mesmice, porque senão acaba ficando enjoativo. Cada dia eu tenho que pensar em trazer coisas novas para motivar as crianças dentro da minha linguagem. E pensando no tema do projeto, como fazer, né? (educador de capoeira)

Os educadores expressam claramente uma necessidade que vai além do domínio dos conteúdos, dos conhecimentos gerais e de outros campos científicos, que diz respeito a estruturar o conhecimento, atrelando-o à sua linguagem com o objetivo de atrair e motivar os alunos ou, conforme Roldão (2005), refere-se ao “saber ensinar”, traduzido em saber estruturar o conhecimento, ter capacidade de síntese e de organização de conteúdos, ser criativo etc., mas também ter metodologia, técnicas, didática e conhecimentos sobre como desenvolver sua linguagem de trabalho.

O “como fazer” aparece como desafio entre os educadores, revelando a necessidade de mobilização de vários saberes para dar conta da demanda, mas apesar da dificuldade assinalada, os educadores utilizam alternativas interessantes para responder aos desafios, ou seja, utilizam o jogo, o brinquedo e a brincadeira para dinamizar os encontros com as crianças, atraí-las e motivá-las, demonstrando, assim, uma sintonia com a proposta pedagógica da ONG.

Trabalhar com grupos heterogêneos aparece como desafio para os educadores. Eles se referem ao aluno novo que inicia no projeto e é inserido no grupo de alunos que já têm uma história no instituto e também ao fato de ter, num mesmo grupo, crianças de diferentes idades.

Eu acho que o grande desafio é o aluno quando ele chega. Até a gente fazer esse aluno entender o que é o Instituto, o que é o projeto que a gente faz, é um pouco difícil. Aí você vai ter num grupo um aluno novo, dois alunos novos. O grupo fica diferente e trabalhar isso é complicado. (educador de circo)

Trabalhar com um grupo heterogêneo significa trabalhar com as diferenças, sejam elas relacionadas às crianças de diferentes faixas etárias compartilhando um mesmo grupo ou o novo aluno que



passa a integrar uma turma que já passou pelo processo educativo.

A heterogeneidade na educação não formal deve ser encarada como elemento de trabalho. É evidente que, trabalhar com a diversidade, respeitando-a, implica o reconhecimento do coletivo, mas sem perder de vista as características individuais, e isso exige muitas habilidades do educador para tomar decisões, organizar o grupo de alunos, pensar nas atividades que promovam a integração, enfim, é necessária a mobilização de muitos saberes.

Como respostas aos desafios, os educadores demonstram que, apesar da dificuldade enfrentada, as alternativas encontradas estão sintonizadas com os objetivos da educação não formal que é promover a socialização, a integração, a troca de experiências, a colaboração entre pares, sendo, para isso, necessário o acolhimento de todos.

Outros desafios assinalados pelos educadores dizem respeito a ter paciência, gostar de crianças e respeitá-las. Essas características pessoais são necessárias principalmente para lidar com as diferenças presentes no grupo de educandos:

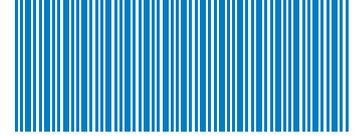
O maior desafio é ter paciência, respeito primordial à criança e sensibilidade, porque nós temos que entrar no mundo delas e não elas no nosso, mesmo porque nós já passamos por essa idade e sabemos como é ser criança. É preciso muito carinho, respeitar as individualidades. A gente tem que respeitar o ritmo delas. (educadora de esportes)

Os educadores reconhecem a importância da dimensão relacional no trabalho com seus alunos e enfatizam os valores, posturas e princípios morais que devem ser mobilizados no dia a dia do trabalho e que exigem o conhecimento dos limites de cada um, das diferenças, das características dos alunos, dos ritmos de aprendizagem.

A fim de enfrentar o desafio de trabalhar com os projetos temáticos, surge a necessidade de tempo para estudo e pesquisa dentro da carga horária de trabalho, como atesta o depoimento abaixo:

[...] a gente poderia ter um momento de estudo, de ficar uma hora do dia estudando, montando um planejamento melhor. (educadora de artes plásticas)

A pesquisa, aqui, é entendida como fonte de obtenção de conhecimentos teóricos necessários para a preparação das atividades a serem realizadas com as crianças.



Surge, também, a necessidade do respaldo de especialistas, quando os educadores deixam claro que os desafios que enfrentam para a execução da proposta pedagógica podem ser enfrentados com o apoio de profissionais que dominem o tema de trabalho.

Emerge, também, como necessidade a atualização cultural. Desenvolver-se como sujeito cultural, por meio da participação em eventos artísticos, teatros, cinemas revela-se importante para a formação pessoal e profissional.

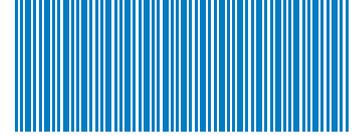
Falta tempo pra ficar atualizado, a gente precisa visitar uma exposição, ir ao teatro, assistir um filme. Isso também é importante para a nossa formação.
(educadora de artes plásticas)

Para esses educadores, a participação em atividades culturais é um meio para ampliar seus conhecimentos, abrir-se para a novidade. Gohn (2007, p. 30) vai mais além e sugere que a formação do educador poderia contemplar “aulas desenvolvidas em museus, bibliotecas, centros culturais, pois são ótimas fontes de formação, dado que esses locais, metodologias de trabalho e profissionais, são, em si próprios, polos geradores de formação e conhecimento”.

Considerações finais

Os educadores do Instituto Espaço Amigo revelaram necessidades referentes a uma formação específica que contemple conhecimentos pedagógicos da linguagem artística que trabalham; conhecimentos das ciências humanas e sociais; conhecimentos gerais e de outros campos científicos e conhecimentos das finalidades educativas, além da criação de uma cultura de trabalho coletivo na instituição. Tais tópicos revelam as muitas necessidades que precisam ser supridas para que o trabalho realizado assuma o “tom” da educação formal, já que é perceptível uma organização pedagógica muito próxima da educação formal e, conseqüentemente, algumas das preocupações dos educadores em relação ao trabalho com as crianças dizem respeito a esse tipo de educação.

Já os educadores do Instituto Picadeiro demonstraram uma maior sintonia com o projeto pedagógico, que denota uma leveza e desenha um quadro com características da educação não formal, com estrutura mais flexível, pouco formalizada e que busca desenvolver campos de aprendizagem e saberes que lhe são específicos. Suas necessidades dizem respeito ao desenvolvimento



da proposta pedagógica: saber estruturar o conhecimento, ter capacidade de síntese e organização dos conteúdos e assim, diversificar as atividades para motivar os alunos e tornar o tema de trabalho mais atrativo, além de tempo para estudo e pesquisa dentro da carga horária de trabalho. A necessidade de atualização cultural também surge como necessidade, revelando uma fonte importante para a formação pessoal e profissional.

Notamos, nos resultados dos dados das duas instituições, algumas semelhanças e muitas diferenças, fato que corrobora as indagações que realizamos ao iniciar este estudo. Estudar as necessidades formativas dos educadores, tendo como pano de fundo os desafios que emergem no contexto em que atuam, torna-se uma alternativa importante para a organização de uma formação situada no local de trabalho, que possa gerar oportunidades de melhoria na prática profissional do educador, para que este viabilize situações pedagógicas adequadas ao desenvolvimento de uma educação tão importante e necessária como a educação não formal.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não formal: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: A. J. Esteves, S. R. Stoer. *A Sociologia na escola*. Porto: Afrontamento, 1989, p. 83-96.

ALARCÃO, I. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010 (Coleção Questões da Nossa época, v.8)

ANDRADE, R. R. M. de. *A formação de professores nas dissertações e teses defendidas em programas de Pós-graduação em Educação entre os anos de 1999 e 2003*. 82 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BORGES, C. M. F. *O professor da Educação Básica e seus saberes profissionais*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2004.



CARO, S. M. P. *Educador social: proposta de formação e descrição do perfil psicológico*. 174 p. Tese (Doutorado em Psicologia – Psicologia como Profissão e Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.

CHAGAS, C. V. *Formação, vivências e desempenhos do educador social: percepções e expectativas*. 119 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GOHN, M. G. M. *Não fronteiras: Universos da Educação Não formal*. São Paulo: Itaú Cultural (Rumos Educação Arte e Cultura 2), 2007.

_____. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Educação não formal e o educador social – atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Editora Cortez, 2010. (Coleção Questões da nossa época v. 1)

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos pra quê?* 10. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

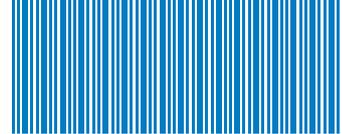
NÓVOA, A. *Professores- Imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

PORTARIA MINISTERIAL, n° 397, de 9 de outubro de 2002. Dispõe sobre a CBO: *Classificação Brasileira de Ocupações*. Ministério do Trabalho e Emprego.

RODRIGUES, A.; ESTEVES, M. *A análise de necessidades de formação de professores*. Portugal: Porto Editora, 1993.

RODRIGUES, A. *Análises de práticas e de necessidades de formação*. Lisboa: Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2006.

ROLDÃO, M. do Céu. *Profissionalidade docente em análise: especificidades do ensino superior e não superior*. In *Nuances: estudos sobre educação*, Presidente Prudente, ano XI, v. 12, n. 13, p. 105-126, jan./dez. 2005.



SANTOS, D. P. B. dos. *Formação de Educadores para o terceiro setor*. 187 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004.

SILVA, M. O. E. da. *A análise de necessidades de formação na formação contínua de professores: um caminho para a integração escolar*. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, G. H. da. *A construção da identidade do educador social na sua prática cotidiana: a pluralidade de um sujeito singular*. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TRILLA, J. A educação não formal. In: ARANTES, V. A. (org.). *Educação Formal e Não formal*. São Paulo: Editora Summus, 2008, p.15-55

Recebido em: 25/07/2014

Revisto em: 18/09/2014

Aprovado em: 25/09/2014

